

# ESCLARECIMENTO À COMUNIDADE

O Sindicato dos Estabelecimentos do Ensino Privado no Estado do Rio Grande do Sul – SINEPE/RS, representando o conjunto das instituições do ensino privado gaúcho, vem a público esclarecer à comunidade a respeito de informações divulgadas pelos sindicatos de professores e técnicos em administração escolar do ensino privado:

-  As conclusões extraídas da comparação entre aumentos nas mensalidades e aumentos salariais não correspondem à realidade: o custo dos estabelecimentos de ensino, sabidamente, é composto de inúmeros fatores com diferentes dinâmicas de preços, não se limitam a atender os custos com pessoal;
-  Levantamentos feitos pelas instituições vêm demonstrando que, ao longo dos últimos anos, o impacto dos aumentos salariais na folha de pagamento e, por extensão, no custo geral das escolas tem sido superior aos próprios índices da inflação;
-  Qualquer administração sensata, comprometida com a sustentabilidade, não pode sobrecarregar sua receita total com custos salariais: não é possível, mesmo que desejável, desequilibrar a receita com aumentos salariais que, logo a seguir, venham a se demonstrar impagáveis;
-  A remuneração dos professores deve ser avaliada e quantificada não só pelo valor estrito da hora-aula, mas também pelo conjunto de vantagens por eles usufruídas. Dentre as vantagens, vale destacar:

1. Período de férias e recesso escolar superior a 30 dias;
2. Adicional por tempo de serviço;
3. Adicional por especialização, mestrado e doutorado;
4. Descontos nas mensalidades escolares dos seus dependentes;
5. Desconto em pós-graduação;
6. Estabilidade para quem se ache a 3 anos da aposentadoria;
7. Plano de saúde.

-  Concessões salariais só podem ocorrer se houver reciprocidade nas compensações para assegurar a já referida sustentabilidade das instituições educacionais. No entanto, os sindicatos de professores e técnicos em administração escolar do ensino privado vêm demonstrando, eles sim, completa insensibilidade e intransigência;
-  Os ataques dos sindicatos dos professores e técnicos em administração escolar do ensino privado às instituições de ensino e seus negociadores não condizem com sua intenção declarada de chegar a bom termo nas negociações salariais.

## RESPEITAMOS OS MOVIMENTOS SINDICAIS, MAS NÃO ADMITIMOS INVERDADES.